



SINTAXE E SEMÂNTICA DO PORTUGUÊS

MARIA HENRIQUETA COSTA CAMPOS
MARIA FRANCISCA XAVIER

Maria Henriqueta Costa Campos
Maria Francisca Xavier

SINTAXE E SEMÂNTICA DO PORTUGUÊS

Universidade Aberta

1991

Copyright

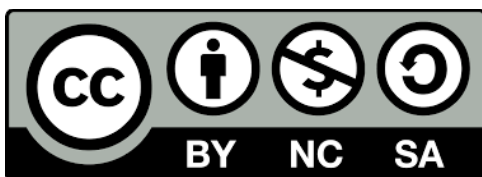


UNIVERSIDADE ABERTA

Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1200 Lisboa

D.L.: 45.193/91

I.S.B.N.: 972-674-072-X



Sintaxe e Semântica do Português

	1. Introdução
13	Objectivos
13	Objectivos gerais
14	Objectivos específicos
	2. Conceitos básicos
17	Tábua de matérias
18	Objectivos
19	Objectivo da Linguística
19	Níveis de representação
21	Definição de objectivos
22	Competência linguística
23	Criatividade linguística
24	Intuição linguística
26	Competência e performance
27	Gramaticalidade e aceitabilidade
29	Criatividade específica da performance
31	O domínio da sintaxe e semântica
32	Frase e enunciado
34	Tópicos de recapitulação geral
34	Referências bibliográficas
	3. A organização de uma gramática
37	Tábua de matérias
38	Objectivos
40	O modelo T
40	A relação entre as componentes da Gramática
49	Tópicos de recapitulação geral
50	Referências bibliográficas
	4. Sobre funções gramaticais
53	Tábua de matérias
54	Objectivos
55	Conceitos tradicionais e definições formais

68	Conceitos formais utilizados
72	A teoria da regência
73	Comando de constituinte
75	A ordem de constituintes
77	A ordem de constituintes transformada
79	Tópicos de recapitulação geral
79	Referências bibliográficas

5. Relações semânticas e papéis temáticos

83	Tábua de matérias
84	Objectivos
85	A grelha temática dos predicados lexicais
90	Papéis temáticos
94	Alguns primitivos semânticos
95	Verbos agentivos e não agentivos
99	A hierarquia temática
102	Verbos psicológicos
103	Tópicos de recapitulação geral
104	Referências bibliográficas

6. A Sintaxe X-Barra

107	Tábua de matérias
108	Objectivos
110	O esquema X-Barra
111	A estrutura dos sintagmas
116	A estrutura do SN
116	O núcleo do SN
122	Complementos e adjuntos
138	A estrutura do SV
138	O núcleo do SV
139	Complementos e adjuntos
147	A estrutura do SC
147	O núcleo do SC
148	O complemento e o especificador
154	Tópicos de recapitulação geral
154	Referências bibliográficas

7. Léxico e sintaxe

159	Tábua de matérias
160	Objectivos
165	Atribuição dos papéis temáticos
166	Argumento externo e argumentos internos
170	O caso estrutural e o caso inerente
172	Os casos estruturais
178	A hipótese inacusativa
186	Os casos inerentes
189	A classificação verbal
191	Algumas entradas lexicais
191	Os verbos
204	Nomes, adjectivos, advérbios e preposições
211	Tópicos de recapitulação geral
211	Referências bibliográficas

8. Estrutura semântica do enunciado

217	Tábua de matérias
218	Objectivos
219	Sentido e referente
219	Sentido e sistema
221	Referência e enunciação
222	O referente do enunciado
223	Sobre a referência
223	Expressões referenciais e expressões predicativas
224	Expressões definidas e expressões indefinidas
225	Uso referencial e uso atributivo de expressões indefinidas
226	Ambiguidade referencial
227	Expressões definidas
229	Referente e valor referencial
230	Tópicos de recapitulação geral
231	Referências bibliográficas

9. Estrutura semântica do léxico

235	Tábua de matérias
236	Objectivos
237	Antonímia coplementar
240	Antonímia graduável
243	Antonímia conversa
245	Hiponímia
247	Relações parte-todo
250	Tópicos de recapitulação geral
250	Referências bibliográficas

10. Algumas estruturas sintácticas do português

253	Tábua de matérias
254	Objectivos
255	A construção interrogativa
255	A interrogativa total
256	A interrogativa total directa
257	A interrogativa total indirecta
258	A interrogativa parcial
259	A interrogativa parcial directa
261	A interrogativa de complemento directo
266	A interrogativa de sujeito
268	A interrogativa de complemento indirecto
269	A interrogativa de adjunto circunstancial
271	A interrogativa parcial indirecta
274	A construção relativa
276	Distribuição das construções relativas
276	A construção relativa sujeito
278	A construção relativa complemento directo
279	A construção relativa complemento indirecto
280	A construção relativa adjunto circunstancial
282	A estrutura interna das orações relativas
286	A teoria do movimento e a teoria da ligação
290	Tópicos de recapitulação geral
290	Referências bibliográficas

11. Construção de valores referenciais de algumas categorias gramaticais do português

293	Tábua de matérias
294	Objectivos
302	Valores aspectuais-temporais
302	Tempos gramaticais e referência temporal-aspectual
307	Adverbiais de tempo
309	Adverbiais de localização temporal
311	Adverbiais de localização aspectual
312	Natureza aspectual da relação predicativa
314	Eventos
317	Estados e actividades
320	A tipologia de Vendler
322	Relações predicativas e adverbiais de realização
324	Interdependência na construção do valor aspectual
327	Particularidades aspectuais de alguns tempos gramaticais do português
327	Pretérito perfeito simples
331	Pretérito perfeito composto
338	Valores modais
339	Tipos de modalidade
339	Modalidade epistémica
341	Modalidade apreciativa
342	Modalidade intersujeitos
343	A interrogação
343	A interrogação total
345	A interrogação parcial
347	A interrogação retórica
349	O conceito de pré-construído
351	As construções relativas
352	A construção causal marcada por 'já que'
354	Em guisa de introdução
355	Tópicos de recapitulação geral
356	Referências bibliográficas

12. Alguns aspectos particulares da construção da referência

359	Tábua de matérias
360	Objectivos
361	Referência anafórica
364	Referência actual e referência virtual
365	Anáfora contextual
365	Anáfora pronominal

366	Anáfora nominal
368	Anáfora lexical
371	O especificador do anafórico nominal
373	Correferência e anáfora
374	Alguns tipos diferentes de relação anafórica
377	Referência deíctica
378	Referência deíctica e referência anafórica
379	Tópicos de recapitulação geral
379	Referências bibliográficas
381	Bibliografia geral

4. Sobre funções gramaticais

TÁBUA DE MATÉRIAS

- 4. **Sobre funções gramaticais**
 - Objectivos
 - 4.1 **Conceitos tradicionais e definições formais**
 - 4.2 **Conceitos formais utilizados**
 - 4.3 **A teoria da regência**
 - 4.3.1 Comando de constituinte
 - 4.4 **A ordem de constituintes**
 - 4.4.1 A ordem de constituintes transformada
 - 4.5 **Tópicos de recapitulação geral**
 - Referências bibliográficas

Objectivos

No final desta unidade os alunos deverão:

- dominar as definições formais das funções gramaticais
- saber representar, por meio de parênteses e diagramaticamente, os constituintes imediatos de frases simples (Fs), de SNs, de SVs e de SPs
- dominar os conceitos formais introduzidos
- distinguir a ordem básica de constituintes do português de outras ordens de constituintes possíveis e de ordens de constituintes estranhas (??) ou completamente más (*)

Vamos recordar as **funções gramaticais** (ou **relações gramaticais**) tradicionais — **Sujeito, Predicado, Objecto Directo** (ou **Complemento Directo**), **Objecto Indirecto** (ou **Complemento Indirecto**) e **Complemento Circunstancial**.

Temos duas boas razões para percorrer aquelas funções gramaticais: (i) vamos precisar de nos referir a elas ao longo do nosso trabalho e para esse efeito temos de as repensar de acordo com o modelo de gramática atrás apresentado, e (ii) vamos distingui-las das funções semânticas que a Gramática Generativa propõe, com base nas hipóteses de Gruber (1967) e Jackendoff (1972)¹.

¹ Ver unidade 5.

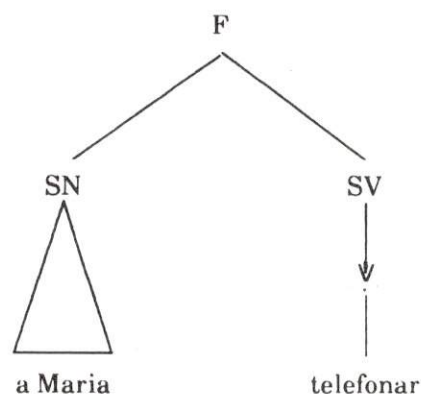
4.1 Conceitos tradicionais e definições formais

Já mencionámos atrás as duas funções gramaticais principais — Sujeito e Predicado — derivadas da relação de Predicação, que se considera fazer parte da própria definição de frase. Sabemos, portanto, que um Predicado tem de se relacionar com um Sujeito e vice-versa. Do ponto de vista estrutural podemos dizer que o sujeito da frase é o **SN dominado imediatamente pelo nó F**, um constituinte imediato de F, isto é, o SN de F, ou [SN, F].

Recorde-se que, como vimos nas representações sintácticas anteriores, **F** domina o SN sujeito e o predicado **SV**, o que vamos ilustrar novamente numa estrutura simplificada, em que omitimos Flex, porque nos interessa apenas referir os elementos semanticamente mais importantes:

(1) (i) [_F [_{SN} a Maria] [_{SV} telefonar]]

ou (ii)



Mas acontece que, como já dissemos, em português o SN sujeito não se realiza sempre à esquerda do verbo, pode também ser realizado à direita deste, o que exemplificamos de novo em (2):

(2) telefonou a Maria

Qual será, neste caso, a posição estrutural do sujeito da frase — o [SN a Maria]? Bem, a frase (2) revela uma inversão da ordem básica — sujeito verbo (S V) —, para a ordem — verbo sujeito (V S) —, o que é, como já salientámos, uma construção possível em português, mas não em todas as línguas. No entanto, o SN sujeito de *telefonar*, embora à direita do verbo, continua a ser dominado imediatamente por F, não é realmente dominado pelo SV. Este SN, porque não é um complemento do verbo, não se encontra no interior do SV, está numa posição de adjunção a SV, a qual será representada mais tarde.

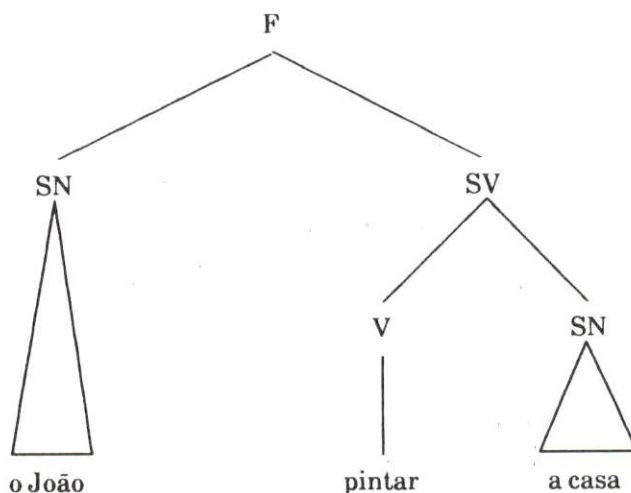
O que interessa para já é que uma vez preenchida a posição de sujeito em Estrutura-P, como acontece quando é projectado o verbo *telefonar* e o seu argumento obrigatório com a interpretação de Agente, este será sempre realizado como um sujeito, externo ao SV. O sujeito é, portanto, na nossa representação simplificada, o [SN,F], quer se encontre à esquerda quer à direita do verbo.

Mas, como sabemos, outros SNs podem ocorrer nas frases. E o SN **objecto directo (Od)** de um verbo transitivo é projectado no interior do SV, porque é um complemento do verbo. Este complemento é então dominado pelo SV e é precedido imediatamente por V. Vejamos o exemplo (3) com a correspondente representação simplificada (4):

(3) o João pintou a casa

(4)(i) [F [SN o João] [SV pintar a casa]]

ou (ii)



Dizemos que o [SN a casa] é o objecto directo do verbo *pintar*, porque é uma categoria seleccionada (ou subcategorizada), isto é, dependente estrutural-

mente deste verbo, e é projectado na estrutura sintáctica numa posição imediatamente à direita de V. De facto, o objecto directo cria uma posição sintáctica, na Estrutura-P, que se manterá em todas as representações sintácticas, de acordo com o que é estabelecido pelo Princípio de Projecção. Este SN, adjacente ao verbo que o selecciona, é o **SN dominado imediatamente pelo nó SV**, um constituinte imediato de SV, isto é, ele é estruturalmente o SN de SV, ou [SN,SV], e é **regido directamente** pelo verbo, daí denominar-se objecto directo.

A posição do objecto directo relativamente ao verbo é variável de língua para língua, sendo, pois, parametrizada. Este facto é facilmente exemplificado através de construções com verbos transitivos, como mostramos, relativamente ao português, em (3), onde se vê o Od à direita de V.

Em geral, as línguas fixam a posição à direita ou à esquerda do núcleo lexical, para os complementos seleccionados por um item lexical de uma das categorias principais — Nome (N), Verbo (V), Adjectivo (A) e Preposição (P).

A variação paramétrica quanto à posição dos complementos tem sido utilizada na delimitação de dois grupos de línguas — um conjunto constituído pelas línguas que apresentam os complementos à direita do verbo — **as línguas V O** —, e outro conjunto formado pelas línguas em que os complementos são, geralmente, realizados à esquerda do verbo — **as línguas O V**.

O português, o francês e o inglês, por exemplo, são línguas V O; o holandês e o alemão são exemplos de línguas O V. E o latim, por exemplo, é considerado uma língua de ordem livre.

No português, e, de uma maneira geral, nas línguas V O, não só a posição básica do objecto directo, mas também a do **objecto indirecto (Oi)**, é à direita do verbo, isto é, o verbo precede os seus complementos. Efectivamente, o verbo precede imediatamente o SN objecto directo e precede, embora não imediatamente, o objecto indirecto, visto este ser precedido imediatamente por uma preposição.

De facto, nós consideramos serem objectos indirectos determinados SNs que ocorrem em situações distintas.

Consideremos em primeiro lugar a situação mais clara. O objecto indirecto não se encontra basicamente adjacente ao verbo que o selecciona, porque o verbo selecciona também um objecto directo, e é este que ocupa a posição adjacente ao verbo. Nestas circunstâncias, o objecto indirecto é um segundo objecto seleccionado pelo verbo, que cria uma outra posição de SN, para além da posição sintáctica do objecto directo.

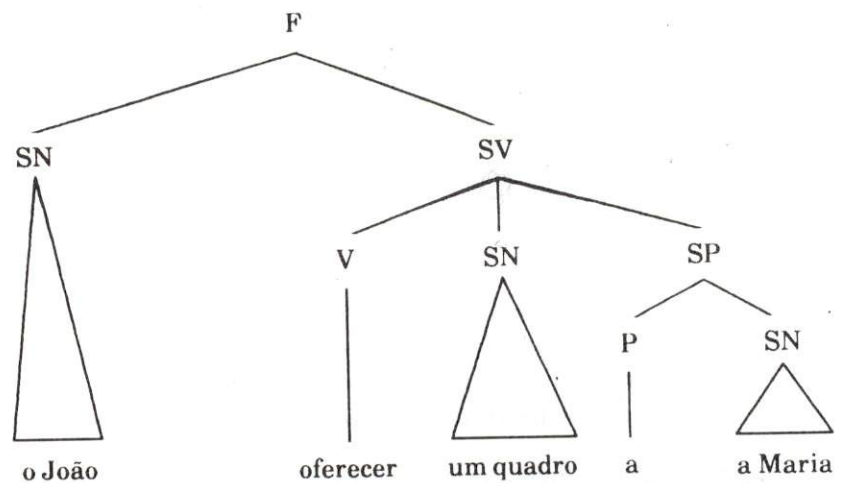
Por razões de natureza sintáctica, que tornaremos explícitas adiante, em português, e na maior parte das línguas sem casos morfológicos (ou flexões casuais) — recordamos que o latim e o alemão são exemplos de línguas com casos morfológicos —, o segundo objecto de um verbo é sempre precedido

imediatamente por uma preposição. É, portanto, representado como um **Sintagma Preposicional (SP)**.

Vejamus um exemplo típico e a respectiva representação sintáctica simplificada:

(5) o João ofereceu um quadro à Maria

(6)



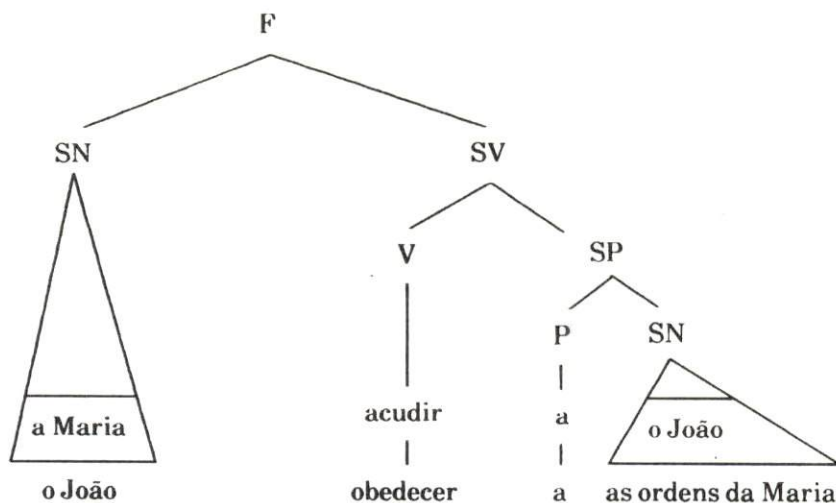
Repare-se que em (6) separamos a preposição [P a] do sintagma nominal [SN a Maria], segundo objecto do verbo *oferecer*. Na análise sintáctica a preposição é o núcleo do SP e o SN é o seu complemento. É na realização fonética, portanto, em Estrutura de Superfície que se verifica a contracção das duas vogais:

(7) a+a Maria=à Maria.

Uma segunda situação revela que a realização de um objecto indirecto não implica necessariamente a existência de um objecto directo. Certos verbos seleccionam apenas um objecto indirecto, que não é, portanto, um segundo objecto mas o único objecto do verbo. Repare-se nos seguintes exemplos e nas respectivas representações:

(8) a. a Maria acudiu ao João

b. o João obedeceu às ordens da Maria



Nestes casos, o único objecto do verbo é um objecto indirecto porque não é regido directamente pelo verbo, uma vez que o verbo selecciona obrigatoriamente uma preposição que precede o SN. Dizemos então que o verbo rege indirectamente o seu objecto, visto fazê-lo através da preposição.

Esta última situação descrita é muito variável, não só de língua para língua, como no interior de uma língua, e revela realmente idiossincrasias de determinados itens lexicais. De facto, se pensarmos noutros verbos semelhantes aos dos exemplos de (8), conseguimos facilmente encontrar correspondentes em que o objecto do verbo não necessita de preposição sendo, portanto, um objecto directo. São disto exemplos os verbos *ajudar* e *seguir*.

Vejamus duas frases equivalentes às de (8), em (10):

- (10)a. a Maria ajudou o João
 b. o João seguiu as ordens da Maria

Parece ser possível concluir que o objecto indirecto, embora correspondendo a duas situações diferentes, uma em que é segundo objecto e outra em que é objecto único, é, de facto, em qualquer das situações, um objecto do verbo regido de preposição, estruturalmente definido como o SN de SP, ou [SN,SP], e não é regido directamente pelo verbo, pelo que é denominado objecto indirecto. Este SN, porque é um complemento seleccionado pelo verbo, é projectado no interior do SV, é dominado por esta categoria, mas é imediatamente dominado pelo SP de que é um constituinte imediato.

Podemos agora resumir as definições formais das funções gramaticais descritas acima:

- (11)i. o sujeito de F é o [SN,F]
- ii. o objecto directo de V é o [SN,SV]
- iii. o objecto indirecto de V é o [SN,SP] dominado por SV

Para além dos complementos seleccionados pelo verbo - o Od e o Oi — interessa-nos referir ainda os **Complementos Circunstanciais (CC)**, a que chamaremos também **Adjuntos Circunstanciais** devido à sua posição estrutural, que os distingue formalmente dos primeiros.

Como indica o nome destes complementos, os circunstanciais expressam determinadas circunstâncias em que um evento, um estado, etc. tem lugar. São então complementos acessórios relativamente à interpretação semântica básica da frase, resultante do conteúdo proposicional do verbo principal da oração. Estes complementos introduzem informação suplementar de tempo, lugar, modo, etc.

Vejamos os exemplos seguintes, que são repetições dos anteriores aos quais acrescentamos adjuntos circunstanciais (em itálico):

- (12)a. a Maria telefonou ao João *do emprego, às duas horas*
- b. o João pintou a casa *no verão passado*
- c. o João ofereceu um quadro à Maria *nos anos*
- d. a Maria acudiu ao João *ontem na rua*
- e. o João obedeceu às ordens da Maria *de cara alegre*

Na frase (12a) os sintagmas preposicionais em itálico são adjuntos circunstanciais, o primeiro de lugar — refere o lugar de onde foi feito o telefonema, ou seja o lugar do evento —, e o segundo de tempo — refere a hora do evento. Neste caso, o adjunto circunstancial de tempo — [SP às 2 horas] — acrescenta informação à informação de Tempo passado contida em Flex e revelada na forma verbal — *telefonou*. O adjunto circunstancial de tempo especifica o tempo do evento, e tem de ser compatível com o Tempo gramatical de Flex¹. Como mostramos no exemplo abaixo, a incompatibilidade destas duas informações de Tempo dá origem a uma frase mal-formada:

- (13) *o João telefonou à Maria do emprego, amanhã

O adjunto circunstancial de tempo está nitidamente relacionado com a informação de Flex e não é estruturalmente dependente do verbo. De facto, nenhum dos complementos, ou adjuntos circunstanciais, introduzidos na frase são complementos inerentes ao verbo *telefonar*, porque não fazem parte da significação deste predicado. Como vimos, o verbo *telefonar* selecciona obrigatoriamente um argumento Agente, interpretação dada ao sujeito de *telefonar*, e pode também realizar um outro argumento, que é um comple-

¹ Ver unidade 11.

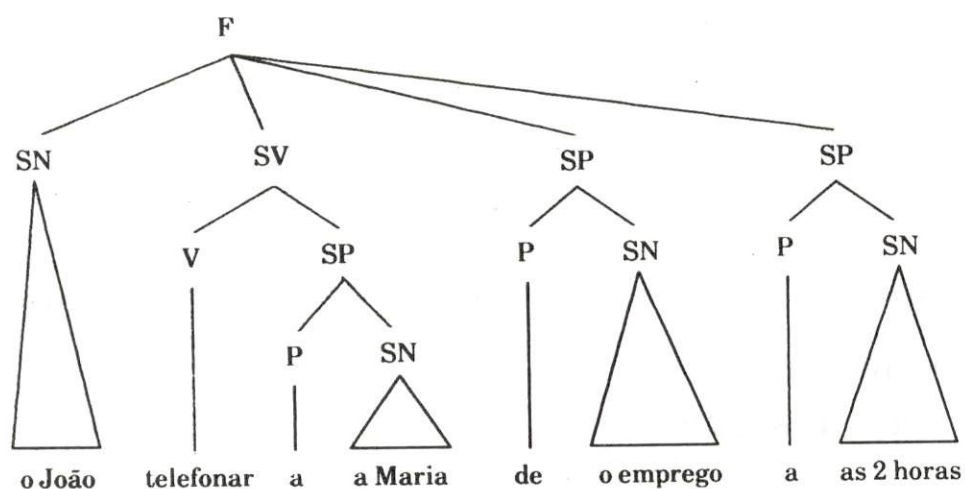
mento indirecto, geralmente regido da preposição *a*, que refere a pessoa a quem é feito o telefonema.

Os complementos de tempo e de lugar referem, neste caso, claramente, circunstâncias em que ocorre o evento descrito pela relação estabelecida entre o verbo *telefonar* e os seus dois argumentos *o João* e *a Maria*.

Representamos então os dois SPs de (12a), que realizam os adjuntos circunstanciais, em posições sintácticas externas ao SV, e representamos no interior do SV o complemento seleccionado pelo verbo *telefonar*. As posições estruturais dos adjuntos circunstanciais serão revistas mais tarde visto serem posições de adjunção a definir. Neste momento interessa-nos apenas realçar que são posições sintácticas externas ao SV e dominadas por F.

Observemos, então, a representação diagramática (14), em que os complementos circunstanciais de lugar e de tempo não são dominados pelo SV e são dominados pelo nó F, revelando uma relação com todo o evento e não uma relação de dependência relativamente ao verbo.

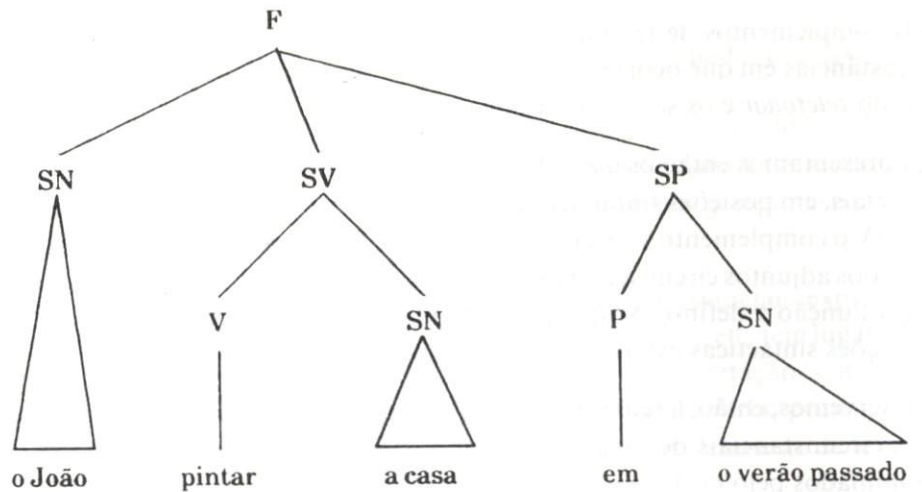
(14) Estrutura-P



Como podemos ver no diagrama, os complementos circunstanciais de lugar e de tempo são externos ao SV e são dominados imediatamente pelo nó F, são realmente adjuntos circunstanciais.

Na frase (12b) *o João pintou a casa no verão passado* foi apenas incluído um adjunto circunstancial de tempo *no verão passado*. O verbo *pintar* não necessita deste complemento de tempo. Como verbo transitivo, tem um sujeito Agente, externo ao SV, e um objecto directo, projectado no interior do SV, portanto, dominado pelo SV, enquanto o complemento circunstancial é realizado fora do SV, dominado imediatamente por F:

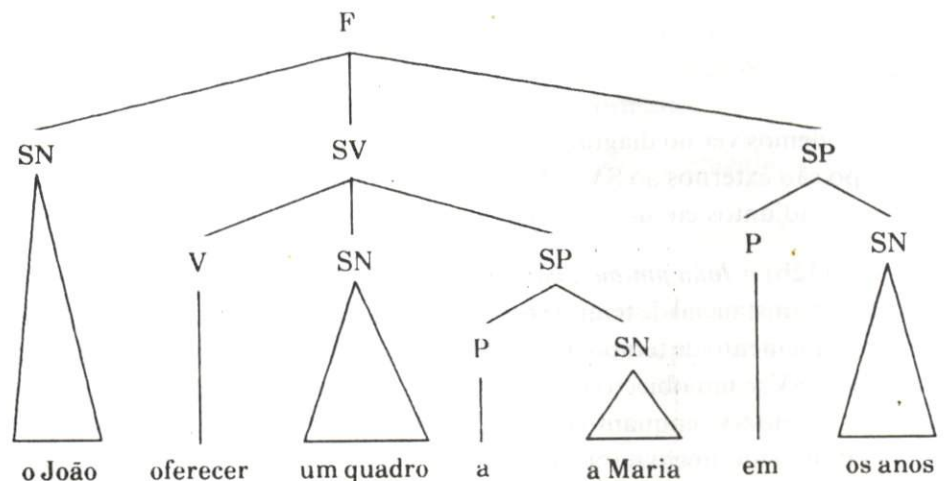
(15) Estrutura-P



Verificamos de novo que o [SP no verão passado] especifica o tempo em que ocorre o evento, informação que é perfeitamente compatível com a informação temporal de passado contida na flexão verbal da forma *pintou*, e se acrescenta à relação de Predicação existente entre o [SN,F] e o SV.

O exemplo (12c) o *João ofereceu um quadro à Maria nos anos* apresenta um verbo transitivo com dois complementos seleccionados — o objecto directo e o objecto indirecto — sendo, portanto, o [SP nos anos] um adjunto circunstancial, visto não ser efectivamente seleccionado pelo predicado verbal. A ocasião, o tempo em que a oferta é feita, não é essencial à significação básica do verbo *oferecer*. O conteúdo proposicional deste verbo implica uma relação com três argumentos: o [SN o João], o [SN um quadro] e o [SN a Maria]. Observemos a respectiva representação simplificada:

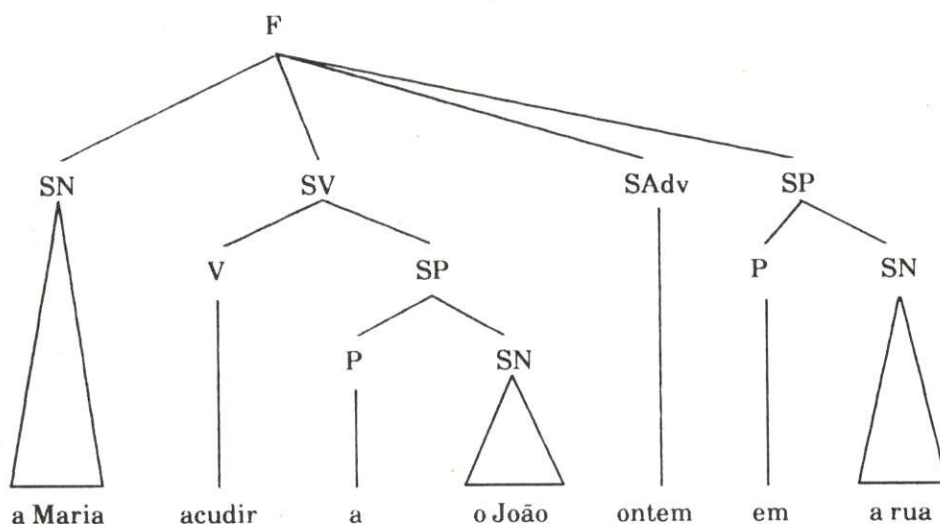
(16) Estrutura-P



Tal como seria de esperar, o diagrama acima repete a representação do complemento circunstancial numa posição exterior ao SV e dominada imediatamente por F, de acordo com o raciocínio desenvolvido anteriormente — o complemento circunstancial é independente do verbo, relacionando-se com o tempo e/ou o lugar do evento. E os complementos seleccionados pelo verbo são precedidos por V, no interior do SV que os domina, como podemos visualizar no indicador sintagmático (16).

A frase (12d) *a Maria acudiu ao João, ontem, na rua* inclui dois adjuntos circunstanciais — o **Sintagma Adverbial (SAdv)**, cujo núcleo é o **Advérbio (Adv)** *ontem*, é um complemento circunstancial de tempo, e o [SP *na rua*] é um complemento circunstancial de lugar. Ambos informam sobre circunstâncias externas ao evento relatado, em que o [SN *a Maria*] é o Agente da acção de *acudir ao João*. O [SAdv *ontem*] é perfeitamente adequado à relação que estabelece com o Tempo passado da Flexão verbal em *acudiu*. E o [SP *na rua*] é um lugar igualmente compatível com o evento. Mais uma vez os dois adjuntos circunstanciais ocupam posições sintácticas não dominadas pelo SV e dominadas imediatamente por F:

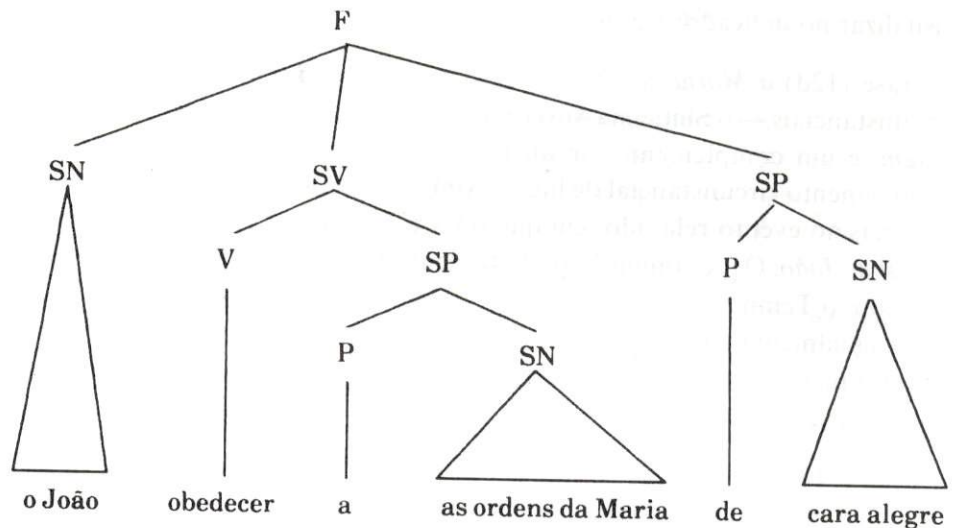
(17) Estrutura-P



E, finalmente, o último dos nossos exemplos, (12e), *o João obedeceu às ordens da Maria de cara alegre*, apresenta o [SP *de cara alegre*] que, obviamente, não está relacionado com qualquer constituinte do SV mas está relacionado com o [SN,F], sujeito da oração — *o João, de cara alegre*. Também este SP é considerado um complemento circunstancial, e pode facilmente ser substituído por um advérbio de modo, por exemplo, *alegremente, rapidamente, integralmente*. O adjunto circunstancial de modo determina a maneira como o Agente realizou o evento por ele próprio causado. Também este é um complemento circunstancial e, portanto, não é inerente ao conteúdo proposicional do verbo *acudir*, que se relaciona com dois argumentos, neste caso, o [SN a

Maria], e o [SN o João]. À semelhança dos outros circunstanciais, o adjunto circunstancial de modo não é dominado pelo SV e é imediatamente dominado por F, nestas representações simplificadas:

(18) Estrutura-P

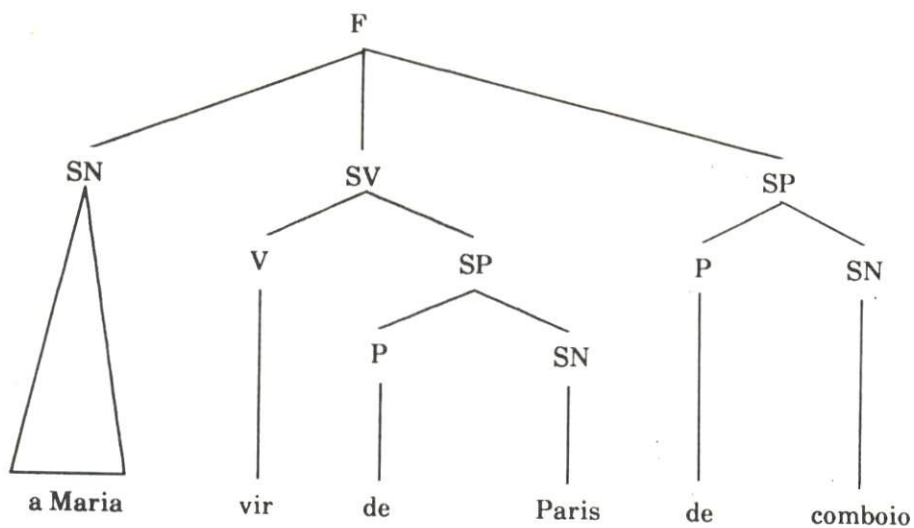


Na gramática tradicional a noção de complemento circunstancial é muito abrangente, englobando também casos de complementos inerentes de verbos, complementos que, por terem a interpretação de tempo, de lugar, de modo, etc., recebem essa denominação. Nós pretendemos distinguir uns dos outros e para esse efeito vamos observar mais alguns exemplos.

- (19)a. a Maria veio de Paris de comboio
 b. a Maria veio do Algarve esta manhã em duas horas
 c. a nossa conversa durou duas horas ontem no café
 d. o João meteu a carta no correio em Londres
 e. o João morou em Londres com a Maria
 f. a Maria conversou com o João duas horas ontem no café

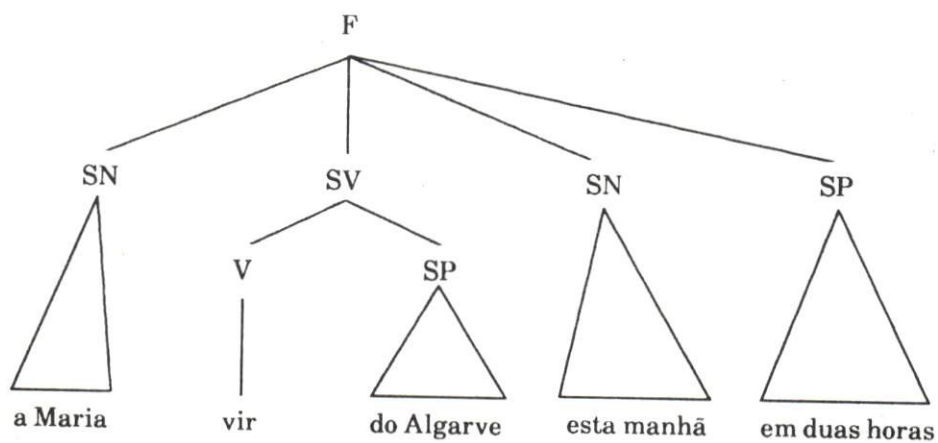
Na frase (19a) o [SP de Paris] é um complemento seleccionado pelo verbo *vir*, dominado pelo SV, e o [SP de comboio] é um complemento circunstancial de modo, adjunto a SV, isto é, dominado imediatamente por F:

(20)



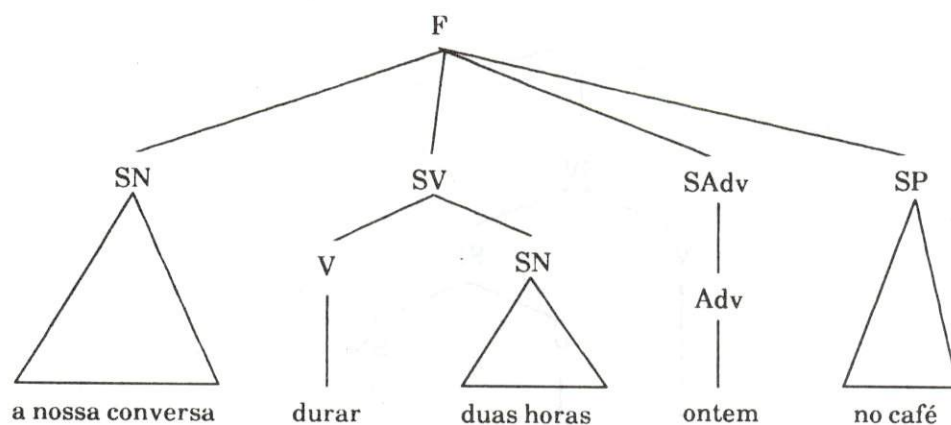
A frase (19b) tem também o verbo *vir* seguido do seu complemento de lugar o [SP do Algarve], e de dois adjuntos circunstanciais, um de tempo — o [SN esta manhã] —, e outro de duração — o [SP em duas horas]:

(21)



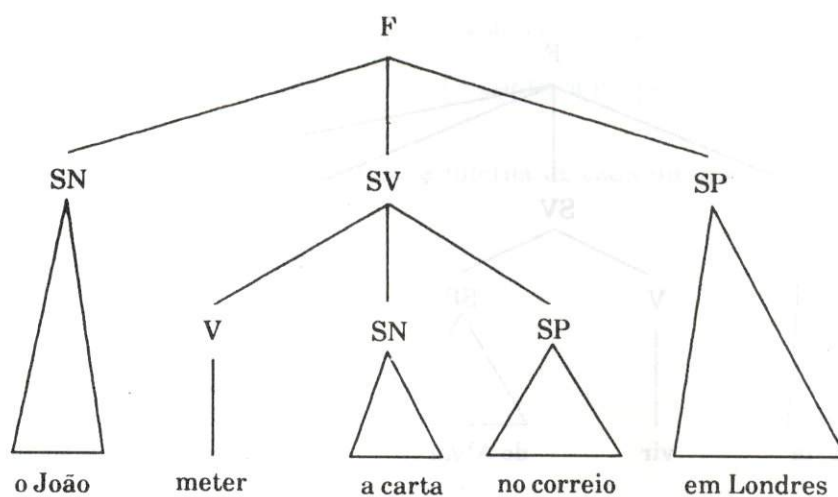
A frase (19c) apresenta o [SN duas horas], complemento do verbo *durar*, também dominado pelo SV, e dois adjuntos circunstanciais, um de tempo e outro de lugar, naturalmente fora do SV:

(22)



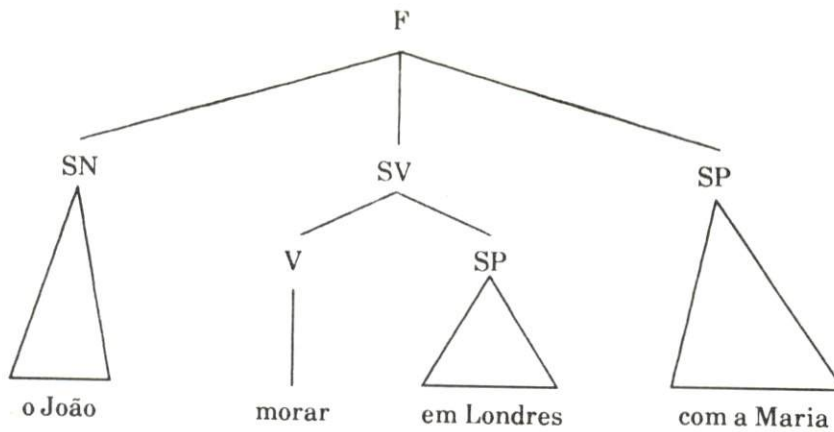
Em (19d) o verbo transitivo *meter* selecciona, para além dos dois argumentos com a função gramatical de sujeito — o [SN o João] — e de objecto directo — o [SN a carta] —, um terceiro argumento — o [SP no correio] —, com a interpretação de lugar. O nosso exemplo apresenta ainda um adjunto circunstancial de lugar — o [SP em Londres]:

(23)



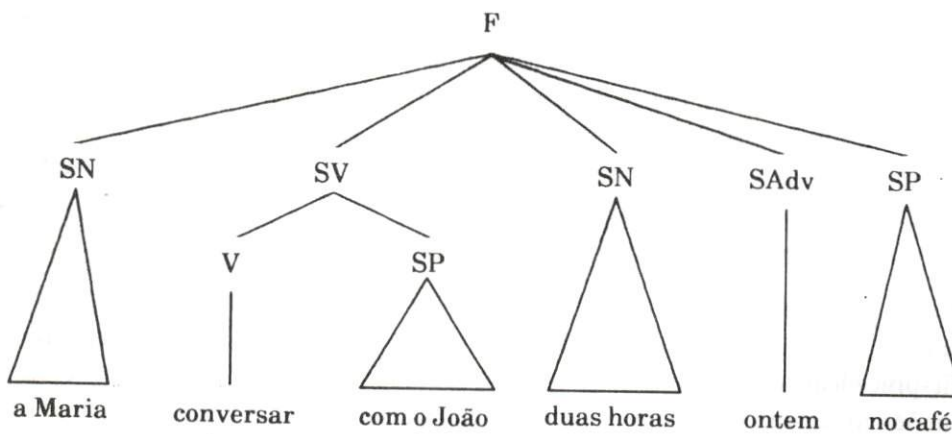
O exemplo (19e) realiza o verbo *morar* com o seu complemento de lugar — o [SP em Londres], seguido de um adjunto circunstancial de companhia — o [SP com a Maria]:

(24)



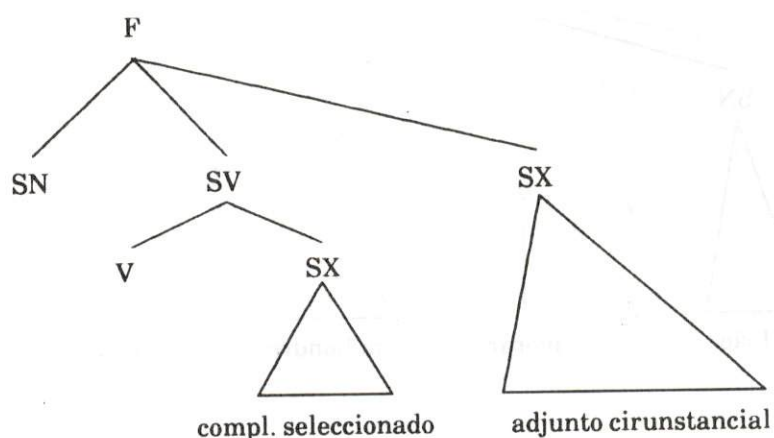
E o último exemplo (19f) com o verbo *conversar* e os seus dois argumentos — o [SN a Maria] e o [SP com o João] —, inclui três adjuntos circunstanciais: um complemento circunstancial de duração — o [SN duas horas] —, ou seja, o tempo de duração da conversa estabelecida entre *a Maria* e *o João*; um complemento circunstancial de tempo — o [SAdv ontem] —, que especifica o Tempo passado contido na Flexão verbal; e um complemento circunstancial de lugar — o [SP no café] — que refere o lugar em que ocorre o evento:

(25)



Podemos agora resumir apresentando um diagrama em árvore com as posições sintáticas reservadas ao(s) complemento(s) dos verbos no interior do SV, dominadas por esta categoria, e as posições sintáticas do(s) complemento(s), ou adjunto(s) circunstancial/ais no exterior do SV, dominadas imediatamente por F:

(26) Estrutura-P



Neste diagrama o Sintagma X (SX) representa qualquer das categorias que podem ocorrer como complemento(s) seleccionado(s) pelo verbo, dominado(s) pelo SV, ou como complemento(s) ou adjunto(s) circunstancial/ais, dominados imediatamente por F.

4.2 Conceitos formais utilizados

Como iremos demonstrar mais adiante, as funções ou relações gramaticais acima descritas não são conceitos específicos da teoria sintáctica — a Teoria X-Barra — que está na base das representações mais completas que desenvolveremos posteriormente¹. Vamos, no entanto, usar estes conceitos frequentemente, porque referem relações importantes entre os vários constituintes semanticamente mais relevantes e, afinal, fazem parte da metalinguagem corrente, facto que pode facilitar a nossa reflexão.

Como vimos na secção anterior, as definições estruturais das funções gramaticais implicam dois tipos de relação, que referimos várias vezes: (i) **dominância** e (ii) **precedência**. Estes dois conceitos são facilmente visualizáveis nas representações em árvore que apresentámos, razão que nos levou a utilizá-los como se fossem termos de uso corrente. Agora impõe-se enunciar as respectivas definições, em concordância com aquelas representações simplificadas.

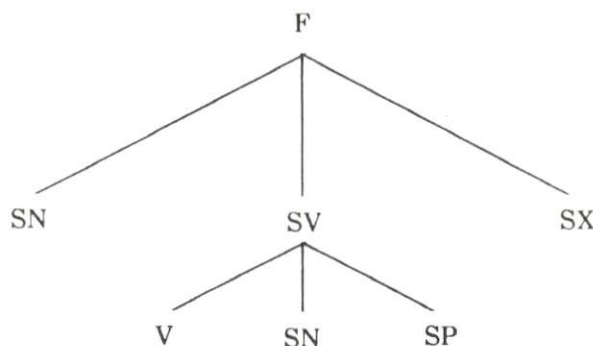
(27) Dominância

- (i) um nó α **domina** um nó β sse (se e só se) entre α e β existem apenas ramos descendentes
- (ii) um nó α **domina imediatamente** um nó β sse α **domina** β e entre ambos existe apenas um ramo

¹ Ver unidade 6.

Observemos de novo um diagrama em árvore para compreendermos melhor estes conceitos.

(28)



Nesta representação estrutural os sintagmas [SN,F], SV e SX são dominados imediatamente pelo nó F; são pois constituintes imediatos de F. Efectivamente existe um único ramo descendente entre o nó F, hierarquicamente acima, e qualquer dos nós dominados imediatamente por F — [SN,F], SV e SX. O SX está em substituição de qualquer categoria que funcione como um adjunto circunstancial.

O nó F domina os constituintes do SV — V, SN e SP —, porque entre F e aqueles constituintes só existem ramos descendentes, mas não domina imediatamente V, SN e SP, porque entre F e os mesmos constituintes existem dois ramos descendentes e, como sabemos, para uma categoria dominar imediatamente outra categoria só pode haver um ramo entre elas. O SV domina imediatamente V, SN e SP, visto estes nós estarem ligados ao SV por um ramo apenas.

A distinção que estabelecemos entre dominar e dominar imediatamente é importante numa descrição formal que tem de ser precisa. Exactamente o mesmo se verifica quanto aos conceitos de precedência e precedência imediata, que definimos em (29):

(29) **Precedência**

- (i) um nó α precede um nó β sse α ocorrer à esquerda de β numa estrutura linear
- (ii) um nó α **precede imediatamente** um nó β sse α ocorrer imediatamente à esquerda de β

Olhemos mais uma vez para o diagrama (28). As relações de precedência entre os constituintes dizem respeito à ordem linear destes, no sentido da esquerda para a direita. E, como já dissemos, interessa-nos distinguir claramente entre **precedência** e **precedência imediata**. Voltemos a utilizar o diagrama (28), convertendo-o numa estrutura linear em (30):

(30) [F SN [sv V SN SP] SX]

Constatamos que o [SN,F] precede imediatamente o SV e o V, e precede (não imediatamente) o [SN,SV], o [SP,SV] e o SX. O SV precede imediatamente o SX e não precede o [SN,F]. O V precede imediatamente o [SN,SV] e precede (não imediatamente) o [SP,SV] e o SX, mas não precede o [SN,F]. O [SN,SV] precede imediatamente o [SP,SV] e precede (não imediatamente) o SX. O SX não precede qualquer categoria representada na parentetização (30), porque está à direita de todas as outras categorias; é pois precedido por todas as categorias à sua esquerda, e é precedido imediatamente pelo [SP,SV] e pelo SV.

Como vimos, os diagramas em árvore apresentam de uma forma clara as duas relações estruturais — dominância e precedência — que acabámos de descrever. E, de facto, é necessário não as confundir, porque uma relação exclui necessariamente a outra. Isto é, se um nó domina outro nó, o primeiro nó não precede o segundo nó, nem o segundo nó precede o primeiro; se um nó precede outro nó, o primeiro não domina o segundo e este não domina o primeiro.

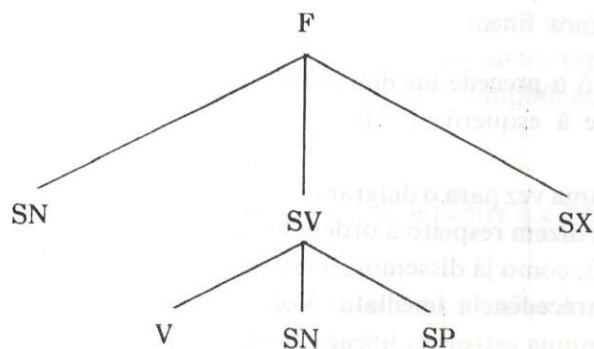
Como naturalmente se entende, os conceitos de dominância e de dominância imediata deram origem aos termos **constituente** e **constituente imediato** propostos pelo linguista americano Bloomfield (1935). Também utilizámos estes termos sem os definir previamente, porque julgamos serem de apreensão fácil. Mas vamos defini-los para melhor os entendermos como termos da nossa metalinguagem:

(31) **Constituente**

- (i) é uma categoria linguística contida nas categorias complexas. Em qualquer categoria complexa cada constituinte acompanha o(s) outro(s) constituinte(s) dominado(s) pelo mesmo nó
- (ii) o nó α é um constituinte de um nó β sse α for dominado por β
- (iii) o nó α é um constituinte imediato do nó β sse α for dominado imediatamente por β

Observemos mais uma vez o indicador sintagmático (28), aqui repetido como (32):

(32)



Nesta representação, as categorias V, [SN,SV] e [SP,SV] são constituintes imediatos de SV, sendo, portanto, o SV uma categoria complexa que domina as categorias que o constituem. As categorias V, [SN,SV] e [SP,SV] são também constituintes de F, mas não são constituintes imediatos de F, porque são dominados imediatamente por SV e não são dominados imediatamente (são apenas dominados) por F.

O nó F é uma categoria complexa que domina imediatamente três constituintes, isto é, constituintes imediatos — [SN,F], SV e SX — todos eles sintagmas, que são, teoricamente, categorias complexas, cuja estrutura interna analisaremos oportunamente¹.

¹ Ver unidade 6.

Temos vindo a representar a estrutura da frase, embora de uma maneira muito simplificada, utilizando particularmente diagramas em árvore. Já fizemos algumas representações com parênteses rectos (ou parentetizações) de estruturas muito curtas. Mas, porque compreendemos que as árvores são mais fáceis de ler, optamos quase sempre por este tipo de representação.

As nossas árvores apresentam, à semelhança das árvores reais, nós unidos por **ramos**. Cada nó tem uma etiqueta. O **nó inicial** das representações realizadas até aqui é o nó F, visto dominar todos os outros nós hierarquicamente abaixo. Os nós que nas extremidades da árvore contêm os itens lexicais (ou palavras e/ou categorias vazias que já referimos e de que falaremos mais tarde) são os **nós terminais**. Os **nós não-terminais** (ou intermédios) têm como etiquetas símbolos categoriais — N, SN, V, SV, P, SP, Adv, SAdv, etc.

Costumamos também referir as relações entre os nós de um diagrama em termos de parentesco, masculino em português (talvez devido ao género gramatical de *nó*), embora feminino em inglês, língua originária destes termos. Como sabemos, o género em inglês é natural, e os objectos, de que a palavra *node* é um exemplo, são do género neutro, pelo que as relações de parentesco por via feminina não podem ter sido motivadas pelo género gramatical da palavra *node*. Assim, naturalmente, os nós que dominam são os **pais**, os nós dominados imediatamente são os **filhos** e estes, porque dominados pelo mesmo pai, são **irmãos** uns dos outros.

Formulemos, então, as respectivas definições:

- (33)(i) um nó α é pai de um nó β sse α dominar imediatamente β , e β é filho de α
- (ii) os nós dominados imediatamente pelo mesmo nó pai são nós irmãos

No diagrama (32) o nó F é pai dos nós SN, SV e SX, que são irmãos entre si. O SV é nó pai de V, SN e SP, que, também naquela representação, são nós irmãos uns dos outros, e, naturalmente, são todos filhos de SV, nó que os domina imediatamente.

4.3 A teoria da regência

Na definição das funções ou relações gramaticais atrás apresentadas utilizá-mos ainda um conceito que se encontra na gramática tradicional — **Regência**. O conceito de Regência com o sentido de que um verbo rege o(s) seu(s) complemento(s) é, de certo modo, natural. De facto, ao reflectirmos sobre a organização das frases simples verificamos intuitivamente que um verbo como, por exemplo, *oferecer* precisa de determinados complementos, mas que ele é a categoria principal, isto é, o **regente lexical** dos complementos por ele seleccionados, com que forma um SV. Pois bem, o verbo é um núcleo lexical que, quando tem complemento(s), rege directamente o seu objecto ou complemento directo, e/ou rege indirectamente o seu objecto ou complemento indirecto.

É precisamente este conceito de **Regência Lexical** que a gramática generativa retoma da gramática tradicional, alargando-o às outras categorias lexicais principais — Nome (N), Adjectivo (A) e Preposição (P).

A Regência Lexical é a forma canónica de Regência. Em português, mas não em todas as línguas, como sabemos, o regente lexical — N, V, A e P — precede o(s) seu(s) complemento(s) regendo-os, portanto, à direita. Dizemos que o **sentido de regência** (ou **direccionalidade de regência**) é à direita em português. E estamos exactamente a falar de Regência Lexical, de que vamos dar exemplos:

- | | | |
|---------|---------------|--|
| (34)(i) | N complemento | [_{SN} votação da proposta] |
| (ii) | V complemento | [_{SV} votar a proposta] |
| (iii) | A complemento | [_{SA} desejoso de propostas] |
| (iv) | P complemento | [_{SP} contra a proposta] |

Observemos, igualmente, a estrutura interna de cada um dos sintagmas de (34), em (35):

- | | |
|---------|----------------------------|
| (35)(i) | [_{SN} N (de) SN] |
| (ii) | [_{SV} V SN] |
| (iii) | [_{SA} A (de) SN] |
| (iv) | [_{SP} P SN] |

Como se vê, é possível encontrar uma analogia entre as várias categorias relativamente à possibilidade, que todas elas apresentam, de seleccionarem complementos. E estes complementos ocupam, realmente, uma posição sintáctica fixa, regida pelo núcleo lexical de que dependem estruturalmente, e que, em português, precede imediatamente o complemento. A ocorrência de uma preposição (*de*, na maioria dos casos) precedendo o SN complemento

será explicada por outra subteoria da gramática — a Teoria do Caso —, que também está intimamente relacionada com a Regência.¹

¹ Ver unidade 7.

Efectivamente, porque o conceito de Regência está um pouco por toda a parte na gramática e não se limita à Regência Lexical, a gramática generativa inclui uma subteoria denominada **Teoria da Regência**.

Com a Teoria da Regência, um novo sentido de Regência é acrescentado ao velho conceito e tem a ver com as configurações estruturais — é a **Regência Estrutural**. A Teoria da Regência estabelece as condições em que se verifica Regência:

- (36)(i) condições sobre a escolha do regente
- (ii) condições sobre os constituintes regidos
- (iii) condições estruturais sobre a relação de Regência

Falámos já de regentes lexicais e dos respectivos complementos seleccionados semanticamente; falaremos mais tarde de regentes funcionais e, igualmente, dos seus complementos. Os regentes funcionais (tradicionalmente conhecidos como gramaticais) são elementos com uma clara função sintáctica e sem conteúdo semântico descritivo, nomeadamente as conjunções, os verbos auxiliares, a flexão e os determinantes.

Necessitamos mais uma vez de definições formais, isto é, precisas e necessariamente exaustivas, que satisfaçam a nossa intuição sobre, por exemplo, a relação existente entre o SN sujeito e o SV predicado. De facto, a relação de Predicação parece mais uma relação de igual para igual do que uma relação de dependência de um — o sujeito — sobre o outro — o predicado, ou vice-versa.

Voltando aos nossos diagramas em árvore constatamos efectivamente que o [SN,F] e o SV não se encontram numa relação de dominância estrutural. O sujeito não domina o predicado e o predicado também não domina o sujeito. Realmente, nas representações anteriores, o SN sujeito e o SV estão dominados pelo mesmo nó — F, e F é distinto de SN e de SV.

Sobre a relação existente entre o SN sujeito e o SV predicado concluímos que se regem mutuamente, porque não se dominam um ao outro e são dominados pelo mesmo nó. Este é um caso de Regência Estrutural. Esta pode ser nos dois sentidos, o que, como vimos, é diferente do que acontece com a Regência Lexical, que tem um único sentido de Regência — à direita em português.

4.3.1 *Comando de constituinte*

Um conceito formal da Teoria da Regência dá conta de relações estruturais complexas entre constituintes, envolvendo também a relação de dominância definida em 4.2. É o conceito de **comando de constituinte**, quase sempre referido

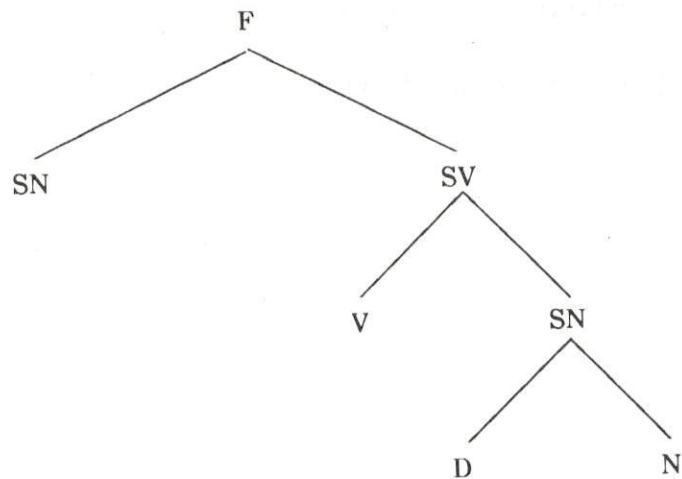
numa forma abreviada decalcada do inglês — **c-comando** (ou **comando-c**). Apresentamos em (37) a sua definição:

(37) **Comando-c**

um constituinte α comanda outro constituinte β sse o primeiro nó ramificante (X' ou X'') que domina α domina β , e α não domina β , nem β domina α .

Consideremos de novo um indicador sintagmático para verificarmos a relação de comando-c entre os nós de uma estrutura sintáctica:

(38)



O nó [SN,F] comanda-c SV, V, [SN,SV], Determinante (D) e N, porque F é o primeiro nó ramificante que domina o [SN,F] e este não domina SV, nem SV domina [SN,F].

O nó SV também comanda-c o [SN,F], mas os constituintes no interior do SV — V, [SN,SV], D e N — não comandam-c o [SN,F], porque existem nós ramificantes entre estes e o [SN,F] — SV é o primeiro nó ramificante a dominar V e [SN,SV]; e [SN,SV] é o primeiro nó ramificante para D e N. Estas situações impedem que os nós mais baixos na estrutura comandem-c os nós mais altos.

Também podemos ver a relação de comando-c relativamente a V. Quais serão os nós que V comanda-c? O SV é o primeiro nó ramificante que domina V, portanto, V comanda-c os constituintes no interior do SV, dominados pelo SV, isto é, V comanda-c [SN,SV], D e N. O nó V não comanda-c o SV que o domina imediatamente, nem F, que o domina e está também hierarquicamente acima, portanto, dominando o primeiro nó ramificante para V — o nó SV. E, finalmente, o nó V não comanda-c o [SN,F] porque existe também um nó ramificante — SV — que domina V e não domina [SN,F].

Podemos resumir, em (39), as relações de comando-c utilizando as relações de parentesco, o que tornará o conceito de comando-c mais simples:

(39) **Comando-c em termos de parentesco**

um nó comanda-c os seus irmãos e os descendentes deles

O conceito estrutural de comando-c implica que o nó que comanda-c outro nó ou está ao mesmo nível em que se encontra o nó comandado-c, ou está numa posição estrutural mais alta. Ora se o nó que comanda-c não está numa posição estrutural mais baixa do que o nó comandado-c, não é dependente estruturalmente dele.

Podemos então reconhecer que temos razão ao considerar, de acordo com a nossa intuição, que o SN sujeito rege o SV predicado e vice-versa, não estando o [SN,F] estruturalmente subordinado ao SV, nem este ao primeiro. Nas nossas representações, eles são efectivamente nós irmãos que se comandam-c um ao outro.

A situação que se verifica relativamente a um núcleo lexical (N, V, A, P) e a um complemento seleccionado (SX) é realmente diferente da relação entre o sujeito (SN) e o predicado (SV). Embora V comanda-c o [SN,SV] e este, por sua vez, comande-c o nó V, visto serem irmãos, V é um núcleo lexical, regente, que selecciona o(s) seu(s) complemento(s), que são sintagmas subordinados sintáctica e semanticamente ao núcleo. Esta última situação revela-se claramente de dependência lexical, ou Regência Lexical, para além de existir Regência Estrutural, que observámos na relação de comando-c.

4.4 A ordem de constituintes

Todos os exemplos apresentados até este momento mostram os constituintes principais da frase numa determinada ordem - o sujeito precede o predicado — SN SV —, o que, relativamente à ordem de constituintes, equivale a dizer que o SN sujeito (S) precede o verbo (V) — S V —; também o verbo precede o objecto directo — V Od — e este último precede o objecto indirecto — V Od Oi —; e os circunstanciais (Cs) encontram-se à direita dos constituintes do SV — V Od Oi Cs.

Vamos exemplificar novamente:

(40) [SN o João] [SV[voferecer] [SN um quadro] [SP à Maria]] [SP no Natal]

Sujeito Verbo Objecto dir. Objecto ind. Circunstancial

Considera-se geralmente que, em português, existe, subjacente às realizações possíveis, uma **ordem básica de constituintes**, mais conhecida por **ordem de**

palavras, que, de facto, corresponde à ordem revelada nos nossos exemplos, e que salientamos em (41):

(41) S V Od Oi Cs

Esta ordem básica é facilmente alterada, sendo, no entanto, possível reconhecer que nem todas as ordens de constituintes são realmente boas. Algumas construções podem até ser sentidas como boas mas serem menos naturais do que outras, e ainda outras poderão parecer-nos estranhas, mas não nos parecerem propriamente mal-formadas.

Começemos por considerar alguns exemplos com um adjunto circunstancial.

Os adjuntos circunstanciais podem aparecer em várias posições na frase:

- (42)a. *no Natal* o João ofereceu um quadro à Maria
b. o João *no Natal* ofereceu um quadro à Maria
c. o João ofereceu *no Natal* um quadro à Maria
d. ?? o João ofereceu um quadro *no Natal* à Maria
e. o João ofereceu um quadro à Maria *no Natal*

Julgamos que dos exemplos de (42) apenas (42d), que apresenta o adjunto *no Natal* entre o objecto directo e o objecto indirecto, é uma construção estranha (??), isto é, pouco natural. Os exemplos (42a) e (42e), em que o adjunto se encontra à esquerda ou à direita da frase, respectivamente, são talvez as construções mais naturais.

Utilizámos apenas a nossa intuição para fazer estas observações sobre as posições possíveis dos adjuntos circunstanciais. Escolhemos propositadamente um circunstancial de tempo que não introduzisse qualquer ambiguidade na frase. O [SP *no Natal*] é a especificação do Tempo [Pass] do Evento, isto é, da transferência de posse do objecto *um quadro* de *o João* para *a Maria*. Aquele SP pode, portanto, ser um adjunto à esquerda ou à direita da frase, como mostram (42a) e (42e).

Embora não tenhamos ainda definido formalmente o que é um adjunto, dissemos atrás que o adjunto à direita da frase não é dominado pelo SV. E podemos dizer também que, quando o adjunto está à esquerda da frase, não é dominado pelo [SN,F]. Do mesmo modo, em (42b), o adjunto à direita do [SN,F] não é dominado pelo [SN,F]. Este adjunto, que pode ser introduzido entre o sujeito e o predicado sem pausas na oralidade (ou vírgulas na escrita), é sentido como um parêntesis, o que é natural visto constituir informação suplementar relativamente ao conteúdo proposicional da frase.

Em (42c) verificamos que o adjunto se situa entre o verbo e os seus complementos. Esta construção é sintacticamente mais complicada do que as anteriores e só mais adiante daremos uma explicação para ela.

É, contudo, interessante verificar que, em inglês, para além de não ser possível separar os dois objectos, como acontece em português, também não é possível separar o verbo do seu objecto directo, como mostram os exemplos (43):

- (43)a. *John offered *at Christmas* one painting to Mary
- b. *John offered *at Christmas* Mary one painting
- c. John offered one painting to Mary *at Christmas*
- d. John offered Mary one painting *at Christmas*

Em inglês, o objecto directo do verbo tem de estar adjacente à direita daquele. Isto é, o verbo tem de preceder imediatamente o complemento que rege directamente. Em português, como vimos em (42c), é possível separar o objecto directo do verbo que o selecciona, intercalando um adjunto.

Mas voltemos ao exemplo (42d), que considerámos estranho. Aquela construção não corresponde a nenhuma das situações anteriores. Aqui, o adjunto está colocado entre dois complementos seleccionados pelo verbo, o que parece cortar a relação estreita que existe entre o conjunto formado pelo verbo e o seu objecto directo — *oferecer um quadro* —, e o objecto indirecto — *à Maria*. A introdução do adjunto entre os dois complementos, com ou sem pausas na oralidade (ou vírgulas na escrita) à esquerda e à direita do adjunto, é interpretada como um parêntesis, um pouco forçado, entre os dois complementos do verbo.

A diferença de aceitabilidade sentida entre (42b) e (42d) parece resultar de condições sobre a Regência Lexical que actuam relativamente a (42d) e não são pertinentes relativamente a (42b). De facto a relação de dependência lexical, existente entre o verbo e os seus complementos, é quebrada, em (42d) pela inclusão do adjunto; enquanto, em (42b), porque o adjunto se encontra entre o sujeito e o predicado e a relação entre eles não é de Regência Lexical, a frase é melhor.

Resumimos, então, em (43) as posições dos adjuntos circunstanciais que consideramos básicas em português, a par dos principais constituintes da frase, também na sua ordem básica:

- (43) Cs S V Od Oi Cs

Tendo sempre por base estas ordens de constituintes daremos, mais adiante a explicação para as restantes posições possíveis dos adjuntos.

4.4.1 *A ordem de constituintes transformada*

Já referimos anteriormente que, em português, podemos, por vezes, inverter a ordem básica Sujeito Predicado para Predicado Sujeito. Demos como exemplo uma frase com o verbo intransitivo *telefonar*, que repetimos abaixo:

- (44)a. o João telefonou
b. telefonou o João

No entanto, esta inversão nem sempre é natural, se acrescentarmos outros constituintes à frase. Vamos ver mais alguns exemplos de frases declarativas, descontextualizadas:

- (45)a. o João telefonou à Maria
b. ?? telefonou à Maria o João
c. ?? telefonou o João à Maria
d. o João telefonou às cinco
e. ?? telefonou às cinco o João
f. ?? telefonou o João às cinco
g. às cinco o João telefonou
h. às cinco telefonou o João

(45a), sem inversão de sujeito, é francamente melhor do que (45b) e (45c), com inversão do sujeito. E (45d) é também melhor do que (45e) e (45f), em situações equivalentes. No entanto, se for acrescentado o adjunto à esquerda da frase a inversão do sujeito não traz qualquer alteração de aceitabilidade da frase, como podemos ver em (45g) e (45h).

Também relativamente aos complementos do verbo é possível, em português, inverter a ordem básica V Od Oi para V Oi Od. Repare-se nos seguintes exemplos:

- (46)a. o João ofereceu *um quadro* à Maria
b. o João ofereceu à Maria *um quadro*
c. o João contou *uma anedota* às crianças
d. o João contou às crianças *uma anedota*

Embora possamos considerar boas todas as frases de (46), julgamos que (46a) e (46c) são mais naturais do que as frases (46b) e (46d), que apresentam os complementos do verbo numa ordem invertida.

Observemos, ainda, algumas frases interrogativas que mostram os constituintes da frase com uma ordem diferente da ordem básica em português e que são explicadas pela aplicação da regra de Mover- α ¹:

¹ Ver unidade 10, onde fazemos a descrição das interrogativas em português, e Âmbar (1989).

-
- (47)a. que quadro ofereceu o João?
b. a quem ofereceu o João um quadro?
c. que anedota contou o João?
d. a quem contou o João uma anedota?

Continuaremos, portanto, a assumir, ao longo do nosso trabalho, que o português tem a ordem básica de constituintes de (43). Esta ordem estará sempre representada em Estrutura-P e poderá ser alterada pela aplicação da regra de Mover- α . O movimento de constituintes de umas posições sintáticas para outras dará origem a representações em Estrutura-S que, como sabemos, apresentam os constituintes da frase noutras posições. As ordens de constituintes resultantes de movimentos de constituintes são denominadas ordens de superfície, ou ordens transformadas.

Adiante apresentaremos algumas das hipóteses de explicação para a possibilidade de realização de determinadas ordens e impossibilidade de outras, assim como para uma certa graduação da aceitabilidade das diversas ordens possíveis.

4.5 Tópicos de recapitulação geral

- funções ou relações gramaticais
- relações entre sujeito e predicado, e entre núcleo verbal complementos e adjuntos
- regência
- ordem de constituintes básica e ordem de constituintes transformada ou de superfície

Referências bibliográficas

- ÂMBAR, M. 1988 - *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito Verbo em Português*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras de Lisboa.
- BLOOMFIELD, L. 1935 - *Language*, London, George Allen and Unwin Ltd.
- GRUBER, J. 1967 - *Functions of the Lexicon in Formal Descriptive Grammars*, Indiana University, Linguistics Club, 1972.
- JACKENDOFF, R. 1972 - *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.